

### III. ECONOMIA CAFEIRA

A produção brasileira de café cresceu muito rapidamente durante todo o século XIX. No começo da segunda metade do século, ela toma proporções muito importantes: a cifra se aproxima de 3 milhões de sacas em média por ano. A partir da década de 1870, e sobretudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

#### I. BRASIL — PRODUÇÃO DE CAFÉ — 1821-1900 (em milhões de sacas)

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Fontes: A. d'E Taunay, ob. cit., vol. IX, pp. 16-17, e Pierre Dennis, ob. cit., p. 176.

O rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880 é acompanhado por um deslocamento do centro geográfico das plantações: durante a década de 1880

a produção de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba. Em 1852-1857, o porto de Santos não escoava mais que 6% da produção nacional do café, enquanto que o do Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações desse produto. Em 1867-1872, é ainda o porto do Rio de Janeiro que escoava 81% da produção cafeeira brasileira. Mas a partir da década de 1870, a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira. Se tomamos como base de cálculo o ano 1877-1878, os índices da produção cafeeira em 1907-1908 são, para o Brasil como um todo 530, para o Rio de Janeiro 166, para São Paulo 1544<sup>1</sup>.

A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária.

É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil. Convm então examiná-las mais de perto para compreender as características do capitalismo no Brasil.

## 1. Plantações

### 1.1. Trabalho assalariado

Com a imigração massiva, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. Dois terços

<sup>1</sup> Cf. A. d'E. Taunay, ob. cit., vol. IV, p. 176 e vol. XI, p. 134.

dos imigrantes chegados a São Paulo, são empregados nas plantações<sup>2</sup>. Um contrato de trabalho padrão é preparado pelo escritório de imigração. Trata-se de um contrato de um ano, podendo ser rescindido pelas duas partes, com um aviso prévio de um mês.

Esse contrato previa o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador (o trabalhador se engajava de fato com sua família, o número de pés que lhe eram atribuídos podiam variar em função, por exemplo, da idade de seus filhos). A esse salário-base juntava-se uma soma variável (uma espécie de prêmio), em função da colheita obtida. Além disso, o trabalhador comprometia-se a efetuar trabalhos exteriores à plantação (por exemplo: participar nos trabalhos de beneficiamento, ensacamento e carregamento da produção). O preço da jornada de trabalho fora da plantação era fixado no contrato.

Ao lado dessas retribuições monetárias, o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar por sua conta. O local desse terreno, assim como as culturas que nele podiam ser estabelecidas, eram precisadas no contrato. Em geral, as culturas autorizadas eram o milho, a mandioca e o feijão preto, isto é, culturas de subsistência. O produto dessas culturas era, em geral, inteiramente consumido pelo trabalhador e sua família. Contudo, nos bons anos, os trabalhadores levavam ao mercado local o excedente da produção alimentar realizada na terra destinada à subsistência<sup>3</sup>.

Em vez de conceder ao trabalhador um pedaço de terra exterior às plantações, o fazendeiro podia autorizar o trabalhador a realizar culturas intercaladas. Esse sistema era o mais corrente nas plantações novas, dado o tamanho relativamente reduzido dos pés de café e o estado da terra, ainda muito rica. Esse sistema tinha a preferência dos trabalhadores, porque eles podiam, dessa maneira, manter com menos trabalho as duas culturas. Dennis observa que os trabalhadores preferiam ganhar 60 mil-réis (por mil pés) nas fazendas onde a cultura intercalada era autorizada do que 80 mil-réis nas culturas onde a terra destinada à lavoura de subsistência estava fora das plantações,

<sup>2</sup> Pierre Monbeig, *Pionniers et planteurs de São Paulo*, Armand Colin, Paris, 1952, p. 132.

<sup>3</sup> Cf. Pierre Dennis, ob. cit., p. 141.

obrigando-os assim a longos percursos diários<sup>4</sup>. Esse fato mostra a importância dessas culturas de auto-subsistência, apesar do papel dominante do regime assalariado.

Progressivamente, o sistema das culturas intercaladas tornou-se bastante raro. Dois fatores de ordem "técnica" podem ser considerados na explicação desse fenômeno: o envelhecimento das plantações (isto é, com o tempo o número de plantações velhas tende a ser mais importante em relação às plantações novas, apesar do deslocamento constante das fronteiras do café e o abandono de um certo número de plantações) e as características físicas das novas terras. A interdição cada vez mais freqüente das culturas intercaladas aparece como um meio de aumentar a rentabilidade das plantações às custas dos trabalhadores.

Essa tendência reforça-se com a crise de superprodução do café, que conduz ao aumento das taxas de exploração nas plantações. Ela é certamente estimulada com a chegada dos primeiros contingentes importantes de trabalhadores de origem brasileira, após a Primeira Guerra Mundial.

O número de imigrantes brasileiros (brasileiros vindos de outras regiões do Brasil) é praticamente nulo durante os últimos decênios do século XIX; eles representavam apenas 5,5% do número total de imigrantes chegados entre 1908-1917. Durante o período 1918-1927 eles já representavam 23,4% dos novos imigrantes<sup>5</sup>.

As migrações no interior do Brasil são uma consequência do próprio desenvolvimento das relações capitalistas que tinha como centro a economia cafeeira. Progressivamente, esse desenvolvimento começa a subverter o sistema latifundiário e começa a "libertar" força de trabalho. Esse desenvolvimento traz com ele as estradas de ferro, que facilitam as grandes migrações. As estradas de ferro desenvolvem-se também no Estado de Minas Gerais e, ligadas às de São Paulo, serviram para transportar trabalhadores brasileiros que vinham não somente de Minas, mas ainda da Bahia, para procurar trabalho

<sup>4</sup> Ibid., p. 140. Esse fato é também observado por Monbeig: "A atração das zonas novas sobre os colonos (assim eram chamados no Brasil os trabalhadores imigrantes) não provinha exclusivamente dos salários, mas também, e talvez mais ainda, das condições dos contratos e particularmente das possibilidades de praticar culturas intercaladas". Cf. ob. cit., p. 140.

<sup>5</sup> Cf. Pierre Dennis, ob. cit., p. 131 e Pierre Monbeig, ob. cit., pp. 136-137.

em São Paulo. A chegada de trabalhadores de Minas e sobretudo da Bahia permitiu aos fazendeiros baixar os salários nas plantações.

Até os anos 1920, os imigrantes de origem estrangeira são em maior número. E eles não aceitam sem luta a exploração à qual são submetidos. Essas lutas tomam as formas mais diversas, e muitas vezes violentas, dada a repressão exercida pelos fazendeiros que proíbem, por exemplo, aos trabalhadores todo direito de associação. É assim que as plantações são o palco de várias greves e que muitas vezes as divergências entre trabalhadores e fazendeiros ou seus administradores terminavam em tiros e assassinatos<sup>6</sup>.

Em razão das condições sociais e da remuneração, os trabalhadores abandonam voluntariamente as plantações ao fim do contrato (1 ano), para procurar uma situação mais vantajosa nas novas plantações, nas cidades, ou mesmo em outros países da América Latina, como a Argentina. No limite, se não havia mais esperança de melhorar sua sorte deste lado do Atlântico, retornam para a Europa. As saídas são importantes, sobretudo a partir das grandes crises de superprodução, no começo do século XIX.

A esse propósito é interessante comparar as cifras das entradas e saídas entre 1902 e 1906<sup>7</sup>:

## II. ENTRADAS E SAÍDAS DE TRABALHADORES, 1902-1906.

Ano	Entradas (em milhares)	Saídas (em milhares)
1902	40,4	31,4
1903	18,2	36,4
1904	27,8	32,6
1905	48,1	34,4
1906	48,4	41,3

<sup>6</sup> Pierre Monbeig, ob. cit., pp. 138-139.

<sup>7</sup> Cf. Pierre Dennis, ob. cit., p. 131 e Delgado de Carvalho, *Le Brésil meridional: une étude sur les Etats du Sud*, Société Anonyme de Publications Périodiques, Paris, 1910, p. 119.

Parece então que Dennis não exagera muito quando afirma:

"O final da colheita resultava em um deslocamento geral dos trabalhadores agrícolas. Os colonos (isto é, os trabalhadores imigrantes) são deveras nômades. Todos os fazendeiros vivem com a inquietude perpétua de ver seu pessoal abandoná-los no mês de setembro... Não exageramos ao dizer que um terço das famílias empregadas na cultura do café desloca-se de ano em ano... Imagine-se o obstáculo que representa para a indústria do café essa instabilidade da mão-de-obra"<sup>8</sup>.

Ao examinar esse problema da indústria cafeeira, Dennis não leva em consideração o fato de que essa indústria é em grande parte o resultado da luta de trabalhadores que não aceitavam passivamente as condições de trabalho impostas pelos fazendeiros. Mesmo a mecanização parcial das fazendas não pode ser explicada se não consideramos essa luta (nas formas mais diversas) entre o capital cafeeiro e os trabalhadores agrícolas.

### 1.2. Mecanização

A substituição do escravo pelo trabalhador assalariado e o desenvolvimento das plantações de café em todo o Estado de São Paulo, acarretaram a mecanização de uma parte da produção: as operações de beneficiamento. Os aparelhos construídos principalmente em madeira e movidos pela água dos riachos ou pela força humana, predominantes na época da escravidão, foram rapidamente abandonados a partir da década de 1870. As secadeiras mecânicas preparadas pelos fazendeiros Taunay e Silva Telles impuseram-se, do mesmo modo que os classificadores a vapor.

Monbeig resume assim essas transformações:

"O metal e o vapor triunfaram sobre a madeira e a água... Sua produção (a dos fazendeiros que empregavam máquinas modernas) tem venda mais fácil e preço melhor. Os intermediários e os exportadores, com efeito, podem negociar com mais segurança as diferentes qualidades de café classificados automaticamente. Eles recebem uma mercadoria perfeitamente seca e que não corre o risco de se estragar durante a fase de transporte. Assim, os cafés tratados pelo secador Taunay-Silva Telles obtêm preços superiores em um terço aos

<sup>8</sup> Cf. ob. cit., pp. 143-144.

de outros tipos. Do mesmo modo, os grãos passados pelas máquinas Lidgerwood, que são chamados *café de máquina*, tinham um preço mais elevado. A técnica melhor acarretava uma valorização que compensava as despesas de modernização; ela facilitava as economias de mão-de-obra no momento em que esta se tornava rara e mais cara. Enfim, as colheitas dos novos cafezais podiam ser manipuladas mais rapidamente do que pelos processos tradicionais"<sup>9</sup>.

A. d'E. Taunay atribui uma posição dominante aos problemas da raridade de mão-de-obra na mecanização das plantações. Após ter analisado o relatório do Presidente A. da Costa Pinto à assembléia Legislativa da Província de São Paulo (5 de fevereiro de 1871) — relatório que insiste sobre as dificuldades dos fazendeiros para encontrar trabalhadores — Taunay afirma que a qualidade dos cafés de São Paulo estava melhorando e ele atribui essa melhoria ao progresso no tratamento dos grãos imposto pela "raridade" da força de trabalho. Entre esses progressos, ele cita também a adoção em numerosas fazendas paulistas da máquina norte-americana Lidgerwood. Isso representava — diz ele — um investimento importante mas rentável, porque o café tratado com essa máquina era pago 200 mil-réis mais caro, isto é, cerca de 10% acima dos preços internacionais da época<sup>10</sup>.

Apesar de limitar-se às operações de beneficiamento, a mecanização não deve ser subestimada. Ela constituiu, de um lado, um meio necessário ao estabelecimento de plantações a distâncias muito grandes do porto de embarque, como sublinha Monbeig na passagem acima. De outro lado, apesar de a propriedade fundiária ter permanecido sempre o elemento principal que separava os trabalhadores dos meios de produção, a mecanização desempenha também um papel importante nesse sentido. Os produtos eram tratados e ensacados nas fazendas. A organização de uma plantação moderna implicava então na compra de um equipamento cujo preço ultrapassava largamente os recursos da massa de trabalhadores. Além disso, o funcionamento desses equipamentos supunha grandes plantações, capazes de fornecer uma produção suficiente para tornar rentável esses investimentos. Essa mecanização mesmo parcial representava um elemento importante do sistema de grandes plantações dominado pelo capital. Como destaca Dennis:

<sup>9</sup> Cf. ob. cit., pp. 88-89.

<sup>10</sup> Cf. A. d'E. Taunay, ob. cit., vol. III, pp. 221-223.

"Uma fazenda representa, (...) grandes capitais, e mesmo os agricultores paulistas não eram bem sucedidos senão graças ao apoio financeiro que recebiam do grande comércio de exportação de Santos. Uma semelhante organização agro-industrial não podia adaptar-se ao regime de pequena sociedade"<sup>11</sup>.

Esse aspecto da economia cafeeira — a indústria cafeeira — que caiu um pouco no esquecimento com o desenvolvimento posterior da indústria no Brasil foi muito fortemente assinalada pelos autores da época, como Pierre Dennis e também Delgado de Carvalho:

"A aparelhagem da usina de café atingiu um grau de perfeição muito notável em São Paulo. É hoje a indústria melhor organizada do Brasil. As grandes fazendas de São Paulo são instalações modelo, que surpreendem o viajante estrangeiro e são dignas de figurar ao lado das indústrias mais bem aparelhadas da Europa"<sup>12</sup>.

### 1.3. Estradas de ferro

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. A antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava portanto apto a ser conquistado pelos "pioneiros" do café. As plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossíveis de escoar<sup>13</sup>.

A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo do Império. Suas primeiras linhas começaram a funcionar no fim de 1859. Progressivamente ela foi buscar o café em todo o Vale do Paraíba e estendeu-se até o Norte de São Paulo e o Sudeste de Minas Gerais.

<sup>11</sup> Cf. Pierre Dennis, ob. cit., p. 162.

<sup>12</sup> Cf. D. Carvalho, ob. cit., p. 167. Grifos do A. Para uma descrição das operações industriais do café, ver pp. 164-168.

<sup>13</sup> Calcula-se que em 1855, 500.000 arrobas, ou seja, cerca de 120.000 sacas de 60 kg, foram desperdiçadas por falta dos meios necessários para transportá-las. Cf. Pierre Monbeig, ob. cit., p. 85. Em 1860, isto é, antes do funcionamento da São Paulo Railway, os fazendeiros não se arriscavam a instalar-se a 40 léguas (240 km) do porto de Santos (Cf. A. d'E. Taunay, ob. cit., vol. IX, p. 19).

A importância das estradas de ferro para a economia cafeeira pode ser ilustrada por esse cálculo de A. d'E. Taunay considerando que o preço do transporte pelo trem era seis vezes inferior ao das tropas de mulas, ele estima a economia realizada somente pelas Estradas de Ferro Pedro II, entre 1860 e 1868, em 48.677 contos. Somente para o ano de 1868, essa economia é estimada em 9.393 contos, ou seja, mais de 10% do valor total das exportações brasileiras de café nessa época<sup>14</sup>.

Em 1858, a São Paulo Railway Co. Ltd. era organizada na Grã-Bretanha. Ela foi encarregada de construir uma estrada de ferro ligando o planalto de São Paulo ao porto de Santos. Os trabalhos começaram em 1860, e em 1867, a linha principal (Santos-São Paulo) entrava em serviço.

Outras companhias construíram estradas de ferro para, a partir de São Paulo, servir todo o planalto. Essas companhias — entre as quais destacaram-se a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana — foram organizadas pelo capital cafeeiro brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios grandes fazendeiros. No caso da Paulista, os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. Um outro exemplo, o principal acionista da Mogiana era o rei do café de Mogi-Mirim, Queiroz Telles<sup>15</sup>.

"Em 1879 — afirma Delgado de Carvalho — a zona cafeeira encontrava-se quase inteiramente coberta, mas a febre de construção, longe de diminuir, frente aos belos resultados que dava o transporte do café, procurava prolongar as diferentes redes ferroviárias"<sup>16</sup>.

Em 1908, a companhia *Paulista*, administrava 1.100 km de vias férreas. Sua receita, para esse mesmo ano, foi de 22.664 contos (isto é, 1.000 mil-réis), ou seja, ao câmbio médio do ano, cerca de 1,5 milhões de libras. A *Mogiana* e a *Sorocabana* a seguiam de perto, a primeira com 1.046 km de vias férreas e

<sup>14</sup> Cf. ob. cit., vol. IV, pp. 405-406.

<sup>15</sup> "O desenvolvimento das estradas de ferro era comandado pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café ... seu traçado, por vezes caprichoso e que será necessário corrigir ou suportar penosamente, depende da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café". P. Monbeig, ob. cit., pp. 157-158. 478 dos 736 km de estradas de ferro construídas no Brasil em 1868 eram "estradas do café". Cf. A. d'E. Taunay, ob. cit., vol. IV, p. 411.

<sup>16</sup> Cf. ob. cit., pp. 80-82.

uma receita de 15.579 contos, a segunda com 1.090 km e 11.719 contos<sup>17</sup>.

Com o rápido desenvolvimento da rede de estradas de ferro brasileira a partir de 1860 (ver tabela abaixo), constituiu-se uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo, em particular na região cafeeira.

### III. EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929

Anos	Região cafeeira <sup>(1)</sup> (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	—	21.466,6
1915	—	26.646,6
1920	—	28.556,2
1925	—	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

<sup>1</sup> Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

Fonte: Para os anos de 1854-1906, Centro Industrial do Brasil, *Le Brésil. Ses richesses naturelles, ses industries*, Paris, 1909, vol. II, pp. 40-43. Para os anos seguintes, Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria do Brasil, *Brasil Atual*, Rio de Janeiro, 1930, pp. 147-149.

#### 2. Capital cafeeiro

O processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O de-

<sup>17</sup> *Ibid.*, pp. 80-82. Em sua obra, Taunay apresenta-nos cifras que confirmam a rentabilidade das primeiras grandes vias férreas do café (Pedro II e São Paulo Railway) desde os começos, isto é, durante os anos 1860 e 1870. Cf. *ob. cit.*, vol. IV, pp. 391-413.

envolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiros ultrapassam largamente as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicado isoladamente. Em particular, a natureza capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira não pode ser determinada unicamente ao nível das plantações.

Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade<sup>18</sup>.

Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros.

A medida que a economia cafeeira se desenvolve, o papel das casas de exportação, centralizando a compra de toda a produção, cresce. A importância dos capitais aplicados nessa esfera de economia está ligada ao nascimento dos primeiros bancos brasileiros. As operações comerciais explicam o nascimento e o desenvolvimento dos bancos.

Encontramos, muitas vezes, os mesmos homens que estão à frente de empresas que desempenham as funções mais diversas. Eles estão também — é importante destacá-lo — à frente do aparelho de Estado, seja ao nível regional (Estado de São Paulo), seja ao nível federal. As biografias dos principais fazendeiros de café são ricas em informações a esse respeito.

Toledo Piza e A. Prado são dois exemplos significativos. Todos os dois eram grandes fazendeiros, isto é, proprietários de grandes extensões de terras consagradas ao café. Prado foi

<sup>18</sup> Essas funções se concretizavam na figura dos comissários que desempenharam um papel importante na expansão cafeeira até o final do século XIX, quando as grandes casas de exportação e os bancos assumiram suas funções. Taunay estuda em dois capítulos a posição dos comissários na economia cafeeira dos anos 1872-1889. Cf. *op. cit.*, vol. VII, pp. 35-52.

um dos principais personagens da marcha para o oeste, um dos pioneiros do café. Mas ele era também o proprietário de um dos primeiros e um dos principais bancos de São Paulo e do Brasil; um dos principais dirigentes do Ofício de Imigração; o mais importante acionista da Paulista (companhia de estrada de ferro), onde exercia as funções de presidente. Toledo Piza era o proprietário de uma das mais importantes casas de exportação de Santos e também "comerciante de terras". Foi diversas vezes Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

### 2.1. *Diversos aspectos e aspecto dominante do capital cafeeiro*

O capital cafeeiro tinha portanto diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos, correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes — o capital agrário, o capital industrial, etc — e frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc.). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos *diretamente*) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções.

Mas se o capital cafeeiro exerce funções diversas, essas funções estavam estruturadas de uma maneira precisa. As diferentes funções exercidas pelo capital cafeeiro correspondem a relações reais que mantinham entre si relações específicas. É o estudo dessas relações que nos permite melhor caracterizar o capital cafeeiro, determinando qual, entre os seus aspectos, era o seu aspecto dominante.

A análise dessas relações faz ressaltar a dominação das funções comerciais. Em outros termos, a caracterizar o capital cafeeiro como um capital predominantemente comercial. Essa mesma análise nos permite também distinguir duas camadas bastante bem definidas no seio da burguesia cafeeira. A

divisão da burguesia cafeeira remete à estrutura das relações entre as diferentes funções do capital cafeeiro e portanto, em particular, à dominação da função comercial.

Em seu conjunto, a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais. Isso é verdade se consideramos cada capital individualmente. Porque o desenvolvimento do capital cafeeiro desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grandes capitais e capitais médios. A sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais — isto é, a camada superior da burguesia cafeeira — definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais — isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira — definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra.

É necessário insistir no fato de que essa divisão não é uma divisão entre, de uma parte, o capital comercial e, de outra parte, o capital agrário: os maiores "produtores" de café, os maiores fazendeiros fazem parte da camada superior da burguesia cafeeira; as grandes plantações são propriedades do grande capital. O capital cafeeiro representa a unidade dos dois, sob a dominação do primeiro. De fato, quando falo, como faço neste momento, de capital agrário e capital comercial, faço uma distinção teórica, que ajuda a compreender a realidade concreta mas não pode ser considerada mais do que uma aproximação. Na realidade da economia cafeeira dessa época, esses capitais não existem de uma maneira autônoma.

A preponderância do capital comercial é, em primeiro lugar, o resultado do desenvolvimento ainda fraco das relações de produção capitalistas no Brasil. A análise do trabalho assalariado e da mecanização nas plantações mostrou ao mesmo tempo a existência e os limites dessas relações no seio da economia cafeeira. No Brasil, o capital comercial não se apresenta de uma maneira autônoma, enquanto capital comercial puro; ele domina diretamente a produção e a submete às suas exigências<sup>19</sup>. Em outros termos, a acumulação capitalista

<sup>19</sup> Marx insistiu nos aspectos reacionários do capital mercantil na transição capitalista. Ver particularmente o capítulo "Resumo histórico sobre o capital mercantil. Cf. *Le capital*, vol. VI, pp. 332-345.

realiza-se sobretudo ao nível do comércio, o que acarreta um desenvolvimento mais lento das forças produtivas.

Em segundo lugar, a dominação do capital comercial explica-se pela posição ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial. Dado o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Brasil se vê designado, na divisão internacional do trabalho, a posição de país exportador de produtos agrícolas. Esse efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais (sobre as condições próprias da estrutura econômica brasileira, isto é, um capitalismo ainda fraco) manifesta-se por uma dependência em relação ao mercado mundial. Essa dependência vem reforçar o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral <sup>20</sup>.

### 3. Desenvolvimento da Economia cafeeira no início do século XX

#### 3.1. Superprodução

O problema da superprodução de café apareceu desde o final do século XIX. Em 1882, a produção mundial havia ultrapassado o consumo mundial <sup>21</sup>. Com a crise de 1893 nos Estados Unidos, principal consumidor do café brasileiro, os preços desse produto no mercado mundial caem rapidamente. A cotação média anual do saco de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899 <sup>22</sup>.

A política inflacionária seguida pelos primeiros governos republicanos e a rápida desvalorização da moeda brasileira que acompanha a inflação, permitem à burguesia cafeeira amortecer os efeitos da baixa dos preços. Com efeito, a moeda brasileira (na época o *mil-réis*), após ter variado entre 18, 5 *pence*

<sup>20</sup> É por essas razões que a grande burguesia cafeeira instala-se nas grandes cidades e, mais precisamente nos grandes portos. A cidade de São Paulo talvez não possa ser considerada como uma exceção, na medida em que ele é a porta do corredor que vai do planalto ao porto de Santos. É entretanto importante não menosprezar a participação da indústria nascente — desde 1880 — na consolidação de São Paulo como capital econômica da região.

<sup>21</sup> A produção mundial era então de 10.415 milhares de sacas (60 kg) e o consumo de 10.270. Só a produção brasileira representava 53,5% da produção mundial. Cf. W. G. dos Santos, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, ISEB, Rio de Janeiro, 1963, p. 29.

<sup>22</sup> Cf. Celso Furtado, *ob. cit.*, p. 206.

e 26, 5 *pence* durante os dez últimos anos do Império, começou, com o advento da República, uma queda vertiginosa que a leva em dez anos, isto é em 1899, a 7,5 *pence* <sup>23</sup>. Dessa maneira a burguesia cafeeira distribui sobre o conjunto da economia brasileira os efeitos da baixa dos preços.

Contudo, essa política inflacionária tinha limites muito estreitos. De um lado ela acarretava o aumento dos preços dos produtos importados e portanto, nas condições da economia brasileira da época, uma alta geral do custo de vida. Em consequência, a burguesia cafeeira encontrava a oposição de todas as outras classes que não a burguesia agrário-exportadora, desde os importadores aos trabalhadores, passando em particular pela pequena-burguesia urbana. \* De outro lado, se o aumento do volume das exportações não era tão forte que pudesse compensar a baixa de preços (condição difícil de preencher nas condições da superprodução), o governo federal encontrava-se em má situação para controlar o serviço das dívidas, que devia ser pago em libras.

A desvalorização monetária, do mesmo modo que as taxas alfandegárias sobre as importações, não pode ser um meio eficaz de amortecer os efeitos da queda das cotações internacionais do café senão dentro de certos limites. A amplitude da crise do último decênio do século XIX ultrapassa largamente esses limites; a política dos primeiros governos republicanos conduz a um retumbante revés financeiro. O governo brasileiro despede então os ministros comprometidos com essa política e envia seus representantes para negociar com seu banqueiro, Lord Rothschild <sup>24</sup>. A saída consiste em uma operação de *funding-loan* realizada a primeiro de julho de 1898. Após essa operação, o pagamento dos juros das dívidas antigas é suspenso por um período de 13 anos. Em contrapartida, o governo brasileiro adota uma política de estabilização. A moeda brasileira recupera-se da queda e ao longo dos vinte primeiros anos do século XX encontra uma estabilidade relativa (Cf. quadro e gráficos seguintes).

<sup>23</sup> Trata-se de cotações médias anuais. Cf. quadro apresentado por J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, pp. 259-261. Sublinhamos que o valor anual médio mais baixo registrado até então pelo *mil-réis* era de 17 *pence* (em 1868).

<sup>24</sup> Após 1852, o governo brasileiro obteve todos os seus empréstimos com Rothschild & Sons. Cf. o quadro sobre os empréstimos brasileiros do estrangeiro, apresentado por J. F. Normano, *ob. cit.*, p. 311.

Como sublinhou Furtado, é a partir do momento em que o mecanismo das trocas mostra-se incapaz de amortecer os efeitos da queda dos preços que o problema da superprodução passa ao primeiro plano<sup>25</sup> ou, em outros termos, que a burguesia cafeeira toma consciência da existência desse problema e da necessidade de resolvê-lo. O *funding-loan* de 1898, na medida em que é o resultado do fracasso (a longo prazo) da política anterior centrada na inflação e na desvalorização, marca o ponto de partida dessa nova política. Em si mesmo, o *funding-loan* não é mais do que uma solução provisória, um meio de pôr um pouco de ordem nas finanças da nação. Mas, uma vez resolvido esse problema, falta resolver o essencial: o problema da superprodução.

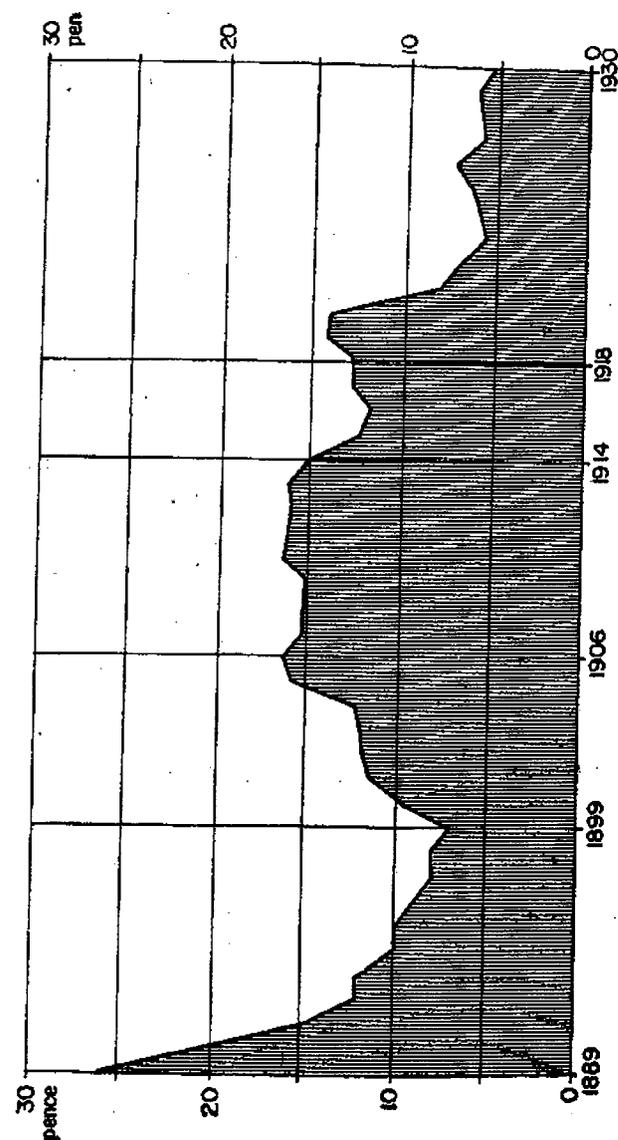
IV. COTAÇÕES ANUAIS MÉDIAS DO MIL-REIS (EM PENCE)  
1889-1930

Ano	Cotação	Ano	Cotação
1889	26 7/16	1910	16 13/64
1890	22 9/16	1911	16 1/8
1891	14 29/32	1912	16 5/32
1892	12 2/32	1913	15 61/64
1893	11 19/32	1914	14 21/32
1894	10 8/32	1915	12 29/64
1895	9 15/16	1916	11 15/16
1896	9 1/16	1917	12 45/64
1897	7 23/32	1918	12 57/64
1898	7 8/16	1919	14 25/64
1899	7 7/16	1920	14 15/32
1900	9 1/2	1921	8 9/32
1901	11 3/8	1922	7 5/32
1902	11 31/32	1923	5 3/8
1903	12	1924	5 15/16
1904	12 7/32	1925	6 1/16
1905	15 7/64	1926	7 9/64
1906	16 11/64	1927	5 27/32
1907	15 5/16	1928	5 57/64
1908	15 5/32	1929	5 55/64
1909	15 9/64	1930	5 18/32

Fonte: J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939, pp. 260-261.

<sup>25</sup> Ob. cit., p. 207.

V COTAÇÃO ANUAL MÉDIA DO MIL-REIS (EM PENCE)  
1889 - 1930



A superprodução aumentava sempre: 7.250 milhares de sacas em 1897-98, mais de 9.500 milhares em 1899/1900. A colheita de 1901/1902 atingiu a cifra r cord de 16.270.678 sacas, ou seja cerca de 82% da produ o mundial. Houve inquieta o. Nos anos seguintes, a produ o diminuiu: cerca de 13.000 em milhares de sacas, em 1902/1903, com 11.000 em 1903/1904, 10.600 em 1904/1905 e 11.000 no ano seguinte. Mas a colheita de 1906/1907 foi particularmente grande: ela ultrapassou os 20 milhões de sacas<sup>26</sup>.

### 3.2 Valoriza o

No início do mês de fevereiro de 1906, a grande burguesia cafeeira, reunida em Taubaté (Estado de São Paulo), definiu os fundamentos de uma nova política de defesa do café. Era o início da "valoriza o", cujos principais objetivos são assim resumidos por Furtado:

- compra dos excedentes pelo governo para restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda;
- financiamento dessas compras por empréstimos de bancos estrangeiros;
- pagamento do serviço desses empréstimos através de um novo imposto (fixado em ouro) sobre a exporta o de café;
- ado o de medidas destinadas a desencorajar a expansão das planta es<sup>27</sup>.

Essa política audaciosa não foi adotada imediatamente pelo governo federal. Essa hesita o pode ser, em grande parte, explicada pela posi o de Lord Rothschild, que se declarou publicamente contra a sua aplica o. Ele pensava que caso a política de valoriza o fosse aplicada o governo brasileiro não estaria mais em condi es de cumprir as obriga es assumidas em 1898 (*fundings-loan*).

<sup>26</sup> Os estoques quase dobraram de 1900 a 1907, passando de 5.729 a 11.305 milhares de sacas. Em 1  de Julho de 1907 os estoques atingiram 16.380 milhares de sacas. Cf. A. d'E. Taunay, ob. cit., vol. XI, pp. 29-32. Os dados sobre a produ o de café são de Pierre Dennis, ob. cit., p. 176.

<sup>27</sup> Ob. cit., p. 207. Ver também, sobre esse ponto, P. Dennis, ob. cit., pp. 191-192. O texto do Acordo de Taubaté   reproduzido em *Le Brésil, ses richesses naturelles, ses industries*, pp. 40-43.

Dada a larga autonomia concedida pela Constitui o de 1889 aos governos dos Estados federados — que os autorizava entre outras coisas, a fixar e recolher os impostos sobre as exporta es e a contrair empréstimos no estrangeiro — a grande burguesia cafeeira p de aplicar essa política imediatamente através do governo do Estado de São Paulo. (O financiamento externo foi conseguido, junto a outros bancos<sup>28</sup>, que se aproveitaram da ocasião para encontrar um lugar num país até então cliente exclusivo da casa Rothschild.)

Dessa maneira, a burguesia cafeeira impunha indiretamente ao conjunto do país a política que ela havia definido em Taubaté. O governo central terminou chamando para si a "valoriza o" para não perder todo o controle sobre a política econômica nacional. A grande burguesia cafeeira mostrava assim ao governo central e ao conjunto das classes dirigentes, a sua rigidez quando se tratava de seus interesses fundamentais. Nesses casos, o governo central deveria segui-la. Ela afirmava assim, muito claramente, o seu papel hegem nico no seio das classes dominantes.

Não   por acaso que o regime político da Primeira República adquire as suas formas definitivas durante esses mesmos anos, com a institucionaliza o da "política dos governadores"<sup>29</sup>.

A revisão da posi o do governo federal brasileiro   acompanhada pela revisão da posi o de Rothschild, que, uma vez a "valoriza o" aplicada por São Paulo com o apoio de outros bancos estrangeiros, decide contribuir também para seu financiamento. A "valoriza o" parte a pleno vapor e com ela toda a economia brasileira, durante os próximos dec nios.

Na medida em que assegurou a continua o da acumula o na economia cafeeira, que era o núcleo do desenvolvimento capitalista no Brasil, a "valoriza o" tem como resultado principal o prosseguimento do desenvolvimento capitalista.

A partir de então o desenvolvimento capitalista, assegurado pela "valoriza o",   acompanhado por uma participa o mais direta do capital estrangeiro. A partir da "valoriza o", a rea-

<sup>28</sup> Disconto Gesellschaft, de Berlim, Nordentsche Bank, de Hamburgo, Shroder, de Londres, Société Générale, de Paris, e City Bank, de Nova York.

<sup>29</sup> Werneck Sodré observa também (Cf. ob. cit., p. 306) essa "coinc d ncia histórica".

lização da mais valia torna-se praticamente impossível sem o financiamento dos bancos estrangeiros. É nessa época que o capital estrangeiro torna-se dominante ao nível da comercialização do café<sup>30</sup> e as filiais dos bancos estrangeiros desenvolvem-se mais rapidamente.

Mas o capital estrangeiro não domina inteiramente a comercialização do café e as atividades bancárias. A seu lado, desenvolvem-se os bancos e casas de exportação pertencentes à burguesia do café, ou mais precisamente, à camada superior da burguesia do café<sup>31</sup>.

Nós já vimos que, desde o começo, destacam-se à frente da "marcha para o oeste" homens que não se limitam às atividades agrícolas, que investem nas estradas de ferro, abrem bancos e casas de exportação, controlam a administração do Estado e da União. Mas até o começo do século XX, o papel desempenhado pelos bancos e casas de exportação permaneceu limitado. É com a crise que essa camada superior da burguesia cafeeira afirma claramente sua dominação sobre o conjunto da classe ou, em outros termos, que se realiza o processo de sua delimitação enquanto fração à parte da burguesia cafeeira.

Esses bancos nacionais e estrangeiros, cujo capital em 1913 eleva-se a 3,23 bilhões de mil-réis (ou seja mais de 4,5 vezes o capital industrial em 1910), desempenham um papel importante no desenvolvimento capitalista no Brasil. Rapidamente eles penetram em todos os setores da economia brasileira, financiando as atividades mais diversas: o comércio, a importação, a exportação, o açúcar, o café e também a indústria.

"São eles que adiantam o dinheiro necessário ao financiamento da indústria, do comércio e da agricultura, que entram em relação com os compradores e vendedores no estrangeiro, que encaminham os investimentos estrangeiros, que dominam e dirigem toda a vida econômica do país"<sup>32</sup>.

Durante a primeira guerra mundial, os bancos recebem um novo impulso. Os capitais até então aplicados nas atividades de

<sup>30</sup> "Dez a trinta casas estrangeiras têm entre suas mãos o destino da produção agrícola paulista", escrevia Delgado de Carvalho em 1910. Cf. ob. cit., p. 175.

<sup>31</sup> "Os bancos estrangeiros financiaram o negócio (a "valorização"); as empresas estrangeiras sobretudo, mas não exclusivamente, foram encarregadas da liquidação dos estoques". Cf. P. Monbeig, ob. cit., p. 99.

<sup>32</sup> Leôncio Basbaum, História Sincera da República, 1889-1930. São Paulo, Ed. Fulgor, 1968 (3ª ed.) p. 295.

importação e exportação convergem para eles<sup>33</sup>. O impulso industrial desses anos — do mesmo modo que, mais geralmente, o dos três primeiros decênios do século XX — deve ser relacionado com a existência de um sistema bancário relativamente poderoso.

É interessante assinalar ainda no que concerne à posição dominante da grande burguesia cafeeira, que os organismos oficiais encarregados da "defesa do café" (a aplicação da "valorização" e a gestão dos fundos consagrados a esse fim, liquidação de estoques, etc.) são dirigidos pelos representantes diretos da grande burguesia cafeeira, que os organismos oficiais encarregados da "defesa do café" (a aplicação da "valorização" e a gestão dos fundos consagrados a esse fim, liquidação de estoques, etc.) são dirigidos pelos representantes diretos da grande burguesia cafeeira, isto é, dos homens que, sendo também grandes fazendeiros, são antes de tudo banqueiros e exportadores.

Assim, é necessário distinguir claramente as duas camadas da burguesia cafeeira para compreender os efeitos da "valorização". Apesar dessa política ter sido apoiada pelo conjunto da burguesia cafeeira, seus benefícios são inteiramente diferentes se consideramos separadamente as suas duas camadas. A grande burguesia cafeeira, proprietária dos bancos e das casas de exportação, pode reservar-se uma parte cada vez mais importante do lucro realizado a partir da produção do café.

A "valorização" representa portanto o apogeu do período que estudamos aqui. Nesse sentido, parece-me errado ver nessa política um simples adiamento do fim da dominação da economia cafeeira sobre o conjunto da economia. Ela não constitui o começo do fim desse período senão na medida em que representa, de certa maneira, o seu estágio supremo. É necessário jamais perder de vista que, com a "valorização", o capital estrangeiro e o capital cafeeiro tomam suas formas definitivas durante esse período.

A "valorização" e a economia cafeeira em geral não podem ser considerados como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Bem ao contrário, eles estão na base desse

<sup>33</sup> O capital bancário passa de 3,23 bilhões de mil-réis, em 1913, a 8,11 bilhões, em 1919. Em 1921, ele atinge 11,3 bilhões de mil-réis, enquanto que após o recenseamento de 1920 o capital industrial era de 3 bilhões. Cf. Leôncio Basbaum, ob. cit., pp. 99 e 112.

desenvolvimento. Mas a presença do capital estrangeiro e do capital cafeeiro, quer dizer as formas específicas da dominação imperialista no Brasil dessa época, ou ainda as relações específicas das quais essas formas são a expressão, determinam contradições elas também específicas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

#### 4. A questão da terra e da abundância de terras

Aparentemente, em um estudo sobre o café a questão da propriedade da terra deveria ser examinada em primeiro lugar. Quando se pensa no café brasileiro, pensa-se imediatamente na terra e na propriedade da terra. Quando se fala em burguesia cafeeira, fala-se de fazendeiros. Estes, quando defendiam seus interesses não diziam defender os interesses da lavoura?

De fato, é mais correto expor essa questão após haver examinado aquelas que mostram mais claramente o desenvolvimento do capital na economia cafeeira. Em outros termos, a ordem de exposição deve corresponder à ordem real das relações de produção na economia cafeeira. Ela foi concebida dentro do objetivo de destacar o fato de que o desenvolvimento das plantações de café é dominado pelo capital, isto é, que ele faz parte do desenvolvimento capitalista. E finalmente, que as formas da propriedade da terra devem, elas também, explicar-se pelo desenvolvimento do capital.

Retomemos portanto o estudo da expansão cafeeira a partir, agora, da propriedade da terra e, sobre a base do que já foi estudado, examinemos como a dominação das relações capitalistas apresentam-se concretamente nesse nível.

As terras sobre as quais o café se estende são fundamentalmente de dois tipos: 1 — as terras que já tinham um proprietário (no sentido jurídico do termo); 2 — as terras que não tinham proprietário. As primeiras eram chamadas propriedades, as segundas terras devolutas. Literalmente: propriedades e terras não ocupadas. Na verdade, as terras ditas devolutas não são obrigatoriamente não ocupadas ou não apropriadas, no sentido econômico do termo. Simplesmente seus ocupantes não possuem títulos de propriedade. Essa "confusão" jurídica não representa realmente uma confusão, nem é um fruto do acaso; ela indica a força das relações de propriedade estabelecidas pela colonização e consolidadas após a in-

dependência política; essas relações constituem o ponto de partida da expansão capitalista baseada no café. Uma terra que não tinha proprietário reconhecido juridicamente era considerada como uma terra não ocupada, uma terra que não pertencia a ninguém.

Na medida em que as fronteiras do café deslocam-se para o interior do país, a proporção das terras "devolutas" torna-se maior. Então os homens do café ocupam, apropriam-se dessas terras. Para fazer isso, era necessário estabelecer um título de propriedade, coisa fácil para a burguesia cafeeira, que controlava diretamente o poder. Assim, de um dia para outro, essas terras tornavam-se sua propriedade e eles podiam nelas estabelecer o café. Como essas terras jamais haviam "pertencido" a alguém, a lei estava do lado do proprietário. Tratava-se simplesmente de expulsar os ocupantes. Para isso, a burguesia cafeeira empregava homens hábeis no gatilho. Se a resistência era muito grande, ela apelava para a milícia estadual ou mesmo para o exército.

Entre os ocupantes incômodos das terras desocupadas, havia brasileiros de origem européia mais ou menos distante (alguns já mestiçados com indígenas ou negros), que viviam fundamentalmente apoiados numa agricultura de auto-subsistência. Havia também indígenas. Esses últimos estavam nessas terras há séculos. Alguns deles, algumas tribos, ofereceram forte resistência aos novos conquistadores e foi necessário mobilizar tropas importantes e travar verdadeiras batalhas para que essas terras se tornassem realmente disponíveis para as plantações de café. Já nessa época, métodos mais civilizados — como a disseminação de doenças contagiosas — eram utilizados para tornar o local disponível para o capital.<sup>34</sup>

Quando o café encontrava no seu caminho terras que já eram propriedades, os proprietários dessas terras tinham, em regra geral, duas soluções: integrar-se na expansão cafeeira ou vender suas terras. Todas as duas conduziam ao mesmo resultado: a dominação do capital. Se eles participavam da expansão cafeeira, tornavam-se eles mesmos membros da burguesia cafeeira. Contratavam trabalhadores, compravam máquinas, etc., mesmo se para isso eram obrigados a recorrer aos ricos comerciantes de Santos ou aos fazendeiros-comerciantes

<sup>34</sup> A esse propósito, ver Monbeig, ob. cit., pp. 112-116.

que dispunham de um grande capital e que desempenhavam o papel de intermediários, comprando os grãos, emprestando dinheiro aos fazendeiros menos providos, etc. Essa era a única solução, determinada pela lógica capitalista dominante no conjunto da economia do café.

Caso contrário eles vendiam as terras, cujos preços tinham dado um salto fantástico com a chegada do café. A alta vertiginosa dos preços da terra reflete bastante bem o fato de que a expansão cafeeira se faz sob a dominação de relações capitalistas.

"A febre das plantações de café tiveram por primeira consequência a elevação do preço das terras... o crescimento do preço das terras ultrapassa toda medida... Fora das manchas de terra roxa, férteis e cobigadas, os preços baixavam; permaneciam contudo dez vezes mais altos que em outras partes do Brasil meridional... O preço de compra de uma propriedade de 25 ha., na qual uma família podia viver, ultrapassava os recursos da maioria dos colonos; eles deviam renunciar a se tornar proprietários"<sup>35</sup>.

É portanto a expansão capitalista que está na base da especulação fundiária<sup>36</sup>. Com efeito, a terra em si não tem valor, ela possui um preço na medida em que representa um meio que permite a apropriação da mais valia. Em outros termos, a especulação fundiária não pode ser explicada fora da dominação do capital que dá um valor comercial à terra.

Também a dominação das relações capitalistas, mais precisamente as formas concretas das relações capitalistas no Brasil durante essa época, explica a estrutura da propriedade fundiária na região do café. Segundo Denis, pelo menos 90% da superfície das fazendas eram ocupadas pelas propriedades de mais de 60 ha<sup>37</sup>. É o capital que subordina a pequena propriedade da região do café, dirigindo a produção, colocando-se ao nível da produção mesma enquanto capital industrial, agrário e fundiário<sup>38</sup>. Se a massa de imigrantes pudesse ter

<sup>35</sup> P. Dennis, ob. cit., p. 161.

<sup>36</sup> "... é necessário lembrar que o movimento de conquista do solo entre 1890 e 1900 foi, financeiramente falando, uma vasta especulação". P. Monbeig, ob. cit., p. 95.

<sup>37</sup> Ob. cit., p. 158.

<sup>38</sup> Os grandes fazendeiros, isto é a burguesia cafeeira, mais particularmente a camada superior dessa burguesia, assim como os capitalistas estrangeiros eram também "comerciantes de terras", para empregar a expressão de Monbeig (Ob. cit., especialmente pp. 128-129). Em outros termos, eles lucravam diretamente com a especulação fundiária.

acesso fácil à propriedade da terra, o capital não encontraria a força de trabalho que tanto precisava. O preço elevado da terra na região do café reflete a apropriação da terra pelo capital.

Como se sabe, um dos fatores considerados como responsáveis pela expansão cafeeira é constituído pela abundância de terras. Em consequência do que vimos até aqui, devemos considerar a abundância de terras como algo relativo. A abundância de terras para o capital está associada a não abundância para aqueles que devem constituir o mercado de trabalho.

Pelo menos nos primeiros estágios do desenvolvimento do capitalismo, a posse da terra é um elemento de primeira importância no que se refere à propriedade dos meios de produção e, portanto, à formação de um mercado de trabalho "livre". A importância desse elemento decresce na medida em que o capitalismo se desenvolve no conjunto da economia e, em particular, no campo, eliminando econômica e socialmente a agricultura de subsistência e as formas primitivas de produção agrícola destinada ao mercado, nas quais o produtor assegura ele mesmo a produção dos bens — ou de grande parte dos bens — necessários à sua subsistência.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a terra perde a sua importância como meio de produção, e a separação entre trabalhador e meios de produção depende cada vez menos da propriedade da terra. Nesse momento, a questão da disponibilidade de terras é secundária (ou mais precisamente, é subordinada à "disponibilidade" de capital) e, em geral, já foi "resolvida" pela ocupação do solo determinada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Assim, nas fases iniciais do capitalismo não basta a disponibilidade de terras em geral, mas a disponibilidade de terras em particular para o capital, o que implica a não disponibilidade para os trabalhadores. Mas a questão da disponibilidade de terras possui um segundo aspecto.

Uma vez que suponhamos as condições para a constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho, a disponibilidade relativa de terras parece constituir um fator independente capaz de explicar certas características do capital cafeeiro, o seu rápido desenvolvimento de caráter extensivo, o fortalecimento do capital ao nível comercial e o fraco desenvolvimento do capital ao nível da produção. Esse tipo de desenvolvimen-

to parece explicar-se pela abundância de terras, pela possibilidade de expandir a monocultura cafeeira com sucessivos avanços da fronteira agrícola e com poucos investimentos diretamente produtivos. Nesse caso poderíamos pensar que a disponibilidade de terras, mesmo sendo apenas uma disponibilidade relativa, seria em si mesma um elemento determinante das formas de desenvolvimento do capital<sup>89</sup>.

Não podemos negar a importância da terra como elemento determinante das formas de desenvolvimento do capitalismo, em particular nos seus primeiros estágios. Viemos de afirmá-lo. Entretanto, essa importância apresenta-se em geral como manifestação de determinadas relações sociais, em particular de relações sociais pré-capitalistas, que constituem condições históricas para o desenvolvimento do capital. No que se refere aos países capitalistas avançados da Europa, por exemplo, a questão da terra apresenta-se através das formas de transição da produção agrícola feudal para a capitalista, onde destaca-se a chamada economia camponesa.

O que chama a atenção no caso brasileiro é a aparente ausência de determinantes sociais na questão sobre a abundância de terras. Mesmo depois de mostrarmos o caráter relativo dessa abundância no que se refere aos trabalhadores, ela ainda parece constituir, fundamentalmente, um determinante puramente natural, físico, uma simples questão de *quantidade de terras*.

Examinemos então mais de perto esse problema. É óbvio, mas não inútil, lembrar que a quantidade de terras é função da extensão do território que consideramos. Não é inútil lembrar esse aspecto da questão porque ele nos conduz diretamente ao fato de que esse território é limitado *socialmente*; no caso, ele é o espaço sobre o qual se desenvolve o capital.

<sup>89</sup> Note-se a importância desse fato, visto que muitos economistas procuram explicar os problemas do capitalismo nos países subdesenvolvidos através justamente da abundância dos "fatores tradicionais", como a terra e a mão-de-obra. Em relação à mão-de-obra, já vimos que ela constitui problema bem mais complexo; vimos que a constituição de um mercado de trabalho supõe a transformação do trabalhador em trabalhador assalariado e não simplesmente a existência de trabalhadores ou de mão-de-obra em geral; vimos, em particular, as dificuldades dessa transformação em um país como o Brasil, onde o trabalho era fundamentalmente um trabalho escravo.

Inicialmente esse espaço (sobre o qual o capital desenvolve a produção capitalista) é reduzido. O capital "concentra" as suas atividades ao nível de um espaço reduzido que serve de base física ao estabelecimento da nação. É nesse espaço que, em regra geral, se resolve o problema da disponibilidade da terra, que é historicamente limitada por uma ocupação prévia do solo sob o domínio de outras relações sociais de produção de cuja desagregação — aliás — resulta o próprio capitalismo.

Na época da expansão cafeeira do Brasil, o capitalismo desenvolve-se sobre outras bases. *Em primeiro lugar, a produção capitalista rompe os limites dos territórios nacionais.* Donde a importância de destacar a relação entre disponibilidade de terras e a extensão do território sobre o qual se desenvolve a produção capitalista. Mas esse elemento ainda não é suficiente para resolver o nosso problema.

*Em segundo lugar, a constituição de uma economia mundial capitalista permite que o capital passe a desenvolver a produção em lugares onde não se constituíram condições outras necessárias ao seu desenvolvimento.* Em particular, o seu desenvolvimento não depende mais unicamente da divisão do trabalho ao nível nacional, mas ainda da divisão internacional do trabalho. Podemos afirmar que o marco de referência da acumulação de capital não está mais essencialmente no desenvolvimento do mercado interno, mas no desenvolvimento do mercado mundial. Com a seguinte ressalva: como já vimos anteriormente, o próprio desenvolvimento do mercado mundial capitalista entra em nova fase, com a constituição da economia mundial, isto é, com o desenvolvimento da produção capitalista em escala mundial. E o que nos interessa aqui não é o simples desenvolvimento do mercado, por mais importante que seja, mas especificamente a *expansão do espaço sobre o qual se desenvolve a produção capitalista.*

Essa segunda condição — na verdade, a outra face da primeira — é a principal no que se refere à abundância de terras. Ela nos mostra que *é da transformação do capitalismo e da constituição da economia mundial capitalista que resulta a questão da abundância de terras.* É o desenvolvimento internacional do capitalismo e a divisão internacional do trabalho que "criam" as abundantes terras do Brasil e alhures, permitindo, por exemplo, a especialização de vastas regiões, antes praticamente desocupadas, em determinadas monoculturas. Sem a divisão internacional do trabalho, o crescimento da produção de

café — ou de qualquer outro produto — nos níveis realizados no Brasil implicaria um desenvolvimento do mercado interno tal que a questão relativa à disponibilidade de terras seria certamente eliminada.

No limite, poderíamos ser tentados a afirmar que o capitalismo pode então ocupar espaços completamente vazios, importando todos os meios de produção e toda a força de trabalho necessários. Tal afirmação significa levar a nossa tese ao limite do absurdo. Na verdade, ela não pode ser deduzida de nossa tese, dado que não afirmamos que o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial suprima a necessidade de condições prévias ao nível de cada nação especificamente. Tal conclusão implicaria numa concepção inteiramente abstrata da economia mundial capitalista, fundada na ilusão do desaparecimento das economias nacionais, quando, na verdade, a economia mundial é uma estrutura complexa formada pelas relações internacionais.

Afirmamos, entretanto, que o desenvolvimento da produção capitalista ao nível internacional implica em que, ao nível nacional, as relações entre, de um lado, a acumulação de capital e, de outro, o aprofundamento da divisão do trabalho e o crescimento do mercado são profundamente transformadas. E são essas transformações — na verdade, modificação das formas de reprodução do capital ditadas pela constituição de uma economia mundial — que se manifestam através de uma acumulação relativamente rápida em relação ao crescimento do mercado interno ou outras "deformações" do gênero atribuídas ao subdesenvolvimento.

Em conclusão, essas formas de desenvolvimento do capital, onde a acumulação apóia-se sobretudo em um desenvolvimento extensivo da produção — isto é, com pouco aprofundamento da divisão do trabalho ao nível nacional — não podem ser atribuídas simplesmente à abundância de terras, visto que a própria abundância de terras deve ser explicada por essas novas formas de acumulação determinadas pelas transformações do capitalismo e a constituição da economia mundial capitalista.

#### IV. ORIGENS DA INDÚSTRIA

##### 1. O crescimento da indústria

Até o último quartel do Século XIX, os estabelecimentos industriais existentes no Brasil são pouco numerosos e o seu conjunto inexpressivo. Para Roberto Simonsen, o primeiro surto industrial ocorre na década de 1880 a 1890<sup>1</sup>.

Em 1885, registra-se em São Paulo o funcionamento de 13 fábricas têxteis com 1.670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários. No mesmo ano e no mesmo Estado sabemos ainda da existência de 7 empresas metalúrgicas que reúnem cerca de 500 operários. Em 1889, conta-se no Brasil 636 empresas industriais onde trabalham 54 mil operários. Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregam de 10 a 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 200 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada e uma empresa possui cerca de 800 operários<sup>2</sup>.

Para o período que procuramos analisar aqui — do último quartel do Século XIX à crise econômica de 1929 — as principais informações estatísticas disponíveis são fornecidas pela pesquisa realizada em 1907 pelo Centro Industrial do

<sup>1</sup> Roberto C. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, Cia. Editora Nacional e Editora da USP, São Paulo, 1973, Cf. p. 16. Nesse primeiro trabalho, Simonsen indica uma série de dados sobre a indústria antes de 1880.

<sup>2</sup> Os dados relativos a São Paulo são extraídos de Aziz Simão, *Sindicato e Estado*, Dominus, Editora São Paulo, 1966, pp. 21-23. Aqueles relativos ao Brasil, do estudo "Evolução Industrial do Brasil", de Roberto Simonsen, ob. cit., Ainda sobre a indústria no Brasil durante o Século XIX, destaca-se o capítulo III do trabalho de J. M. Martin, *Processus d'industrialisation et développement énergétique au Brésil*, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1966.